

## O SILENCIAMENTO DA COMUNIDADE LGBTTTQ+ NO TELEJORNALISMO

The silencing of the LGBTTTQ+ community on television's journalism

Ingrid Pereira de Assis  
Doutora em Jornalismo  
Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Brasil  
ingrid.p.assis@hotmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-1568-0788>

Karla Cristina Ferro Freire  
Mestre em Ciências Sociais  
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil  
karlafreire@yahoo.com.br  
<https://orcid.org/0000-0001-6036-5800>

Melina de la Barrera Ayres  
Pós-Doutora em Jornalismo  
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil  
melina.ayres@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0001-6092-9813>

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

### RESUMO

Diante do fato de que a cada 19 horas uma pessoa da comunidade LGBTTTQ+ é assassinada ou se suicida no Brasil, este artigo visa analisar a cobertura e o silenciamento das demandas da comunidade LGBTTTQ+ no telejornalismo. Para tanto, realizou-se um estudo de caso com a maior emissora do Maranhão, a *TV Mirante*. O corpus é composto por matérias jornalísticas dos três principais telejornais da emissora, entre os anos de 2015 e 2018. Mesclaram-se procedimentos metodológicos quantitativos e qualitativos que permitiram verificar o silenciamento das notícias sobre este grupo social e de suas demandas em um dos estados onde mais morrem pessoas da comunidade LGBTTTQ+.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo; LGBTTTQ+; preconceito; telejornalismo; silenciamento.

### ABSTRACT

Given the fact that every 19 hours a person from the LGBTTTQ + community is murdered or suicidal in Brazil, this article aims to analyze the coverage and silencing of the demands of the LGBTTTQ + community in television news. To this end, a case study was conducted with the largest broadcaster in Maranhão, *TV Mirante*. The corpus is composed of journalistic articles broadcasted by the three main news programs of the broadcaster, between 2015 and 2018. This study combine quantitative and qualitative methodological procedures to verify the silencing of news about this social group and its demands, in one of the brazilian states where most people in the LGBTTTQ + community die.

**KEYWORDS:** Journalism; LGBTTTQ+; prejudgement; television's journalism; silencing.

# 1 INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Obter dados sobre violência contra a comunidade LGBTTTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e *Queer*)<sup>2</sup> no Brasil não é uma tarefa fácil. Alguns Estados produzem relatórios próprios, outros não. Além de lidar com a subnotificação, visto que muitas pessoas que sofrem algum tipo de violência optam por não registrar, não há uma coleta e sistematização segura dessas informações. O último relatório divulgado pelo âmbito federal data o ano de 2012. Desde então, nada mais foi publicado.

Vale ressaltar também que, nas últimas eleições presidenciais realizadas no país, em 2018, saiu vitorioso o candidato cuja trajetória é marcada por declarações LGBTfóbicas e que se amparou nelas para defender um viés ultraconservador de modelo familiar. Não à toa, uma das primeiras medidas tomadas por Jair Bolsonaro (anteriormente, membro do PSL, hoje, sem partido), após assumir a presidência do Brasil, foi assinar a medida provisória 870, que retira a população LGBTTTQ+ das diretrizes de Direitos Humanos. Esta medida foi publicada no Diário Oficial já no dia 2 de janeiro de 2019<sup>3</sup>. Tomadas de posição como esta, tornam a tarefa de mapeamento da realidade vivenciada pelos membros da comunidade LGBTTTQ+ no país ainda mais difícil.

Com o objetivo de superar esses obstáculos impostos pelo poder público, algumas organizações não-governamentais realizam por conta própria a coleta e sistematização de dados sobre a LGBTfobia no Brasil. O Grupo Gay da Bahia (GGB) é uma delas. Em seu Relatório 2017 de Mortes Violentas de LGBT no Brasil, o GGB apontou que 445 LGBT<sup>4</sup> brasileiros morreram naquele ano, tanto residentes no país como no exterior. Ao todo, foram 387 assassinatos e 58 suicídios, o que demarca um aumento de 30% em relação a 2016, quando foram registradas 343 mortes. Em 2015, foram 319 mortes. Ou seja, de 2015 a

---

<sup>1</sup> Foram realizadas duas versões preliminares deste artigo apresentadas em dois eventos de caráter nacional. Esta é a versão final e completa, a qual foram acrescentadas novas informações.

<sup>2</sup> Neste artigo, fez-se a escolha pela sigla LGBTTTQ+, entretanto, outras siglas como LGBT podem aparecer ao longo do texto, seja por estarem nos originais em citações ou por serem a opção utilizada em outros documentos.

<sup>3</sup> Ver mais em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/medida-provisoria-assinada-por-bolsonaro-nao-explicita-diretrizes-para-populacao-lgbti-23341254>>. Acesso em: maio 2019.

<sup>4</sup> 194 eram gays (43,6%), 191 trans (42,9%), 43 lésbicas (9,7%), 5 bissexuais (1,1%) e 12 heterossexuais (2,7%). Na categoria gay, a pesquisa incluiu homossexuais masculinos, andróginos, *drag queens*, transformistas e *crossdressers* (manifestavam identidade e eram socialmente reconhecidos como homossexuais). A categoria trans inclui travestis, mulheres transexuais e homens trans. Dentre os mortos, 12 foram identificados como heterossexuais, mas foram incluídos no relatório pelo fato de terem sido mortos devido a seu envolvimento com o universo LGBT, defendendo algum gay ou lésbica quando ameaçados de morte, ou por estarem em espaços predominantemente gays.

2017, houve crescimento no número de casos. Já em 2018, ocorreu uma pequena queda, registrando 420 mortes.

Ainda segundo o relatório, a cada 19 horas um LGBTTTQ+ é assassinado ou se suicida vítima da “LGBTfobia” no Brasil. O país é o que registra o maior número de crimes contra este grupo. Tendo em vista todos esses aspectos, o objetivo deste artigo é fazer uma análise da cobertura e do silenciamento de demandas da comunidade LGBTTTQ+ no telejornalismo. Para isso, realizou-se um estudo de caso<sup>5</sup> com a maior emissora em audiência do Estado do Maranhão: a Rede Mirante de Televisão<sup>6</sup>, ou *TV Mirante*. A escolha por esta emissora em parte se deu pela vivência enquanto jornalistas neste local de duas autoras deste artigo. O que possibilitou que alguns dados, aqui explicitados, fossem acompanhados de relatos oriundos desta observação participante.

Além disso, números mais antigos chamam atenção para o Estado. O “Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012”<sup>7</sup>, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, destacou que o Maranhão era o quarto Estado brasileiro com o maior registro de denúncias de violência contra a população LGBTTTQ+. A capital, São Luís, concentrava o maior número de ocorrências de casos de homofobia no Estado. De acordo com a pesquisa, eram 358 casos por 100 mil habitantes no Maranhão, o que equivalia a 5,44%. Em primeiro lugar estava o Piauí, com 9,23%; em segundo, o Distrito Federal, com 8,75%; e, em terceiro, o Ceará, com a taxa de 5,63%. Ainda segundo esta publicação, o Maranhão, mesmo apresentando este índice alto de violência, era o segundo Estado com menor divulgação pela mídia dos casos de crimes cometidos contra a comunidade LGBTTTQ+. O que *justifica a necessidade* de realização de uma pesquisa como esta.

Para alcançar o objetivo deste artigo, foram coletadas e analisadas as matérias que abordam demandas da comunidade LGBTTTQ+ e as violências cometidas contra este grupo social, bem como os possíveis silenciamentos, por meio do fortalecimento de uma narrativa heteronormativa<sup>8</sup>. Para isso, primeiramente delimitou-se a unidade-caso, selecionando

---

<sup>5</sup> Segundo Magda Maria Ventura (2007), o estudo de caso não parte de um roteiro rígido, mas é possível sistematizar quatro fases que foram seguidas aqui neste artigo. São elas: a) delimitação da unidade-caso; b) coleta de dados; c) seleção, análise e interpretação dos dados; d) elaboração do relatório.

<sup>6</sup> A *Rede Mirante de Televisão* abrange 216 municípios maranhenses e mais de cinco milhões de telespectadores potenciais, com sedes localizadas nas cidades de São Luís, Imperatriz, Santa Inês, Caxias e Balsas. Em todas, é líder de audiência. Isto torna o veículo um objeto de observação adequado e relevante.

<sup>7</sup> Foi o último relatório do tipo divulgado pelo poder público federal, como dito anteriormente.

<sup>8</sup> Entende-se como heteronormatividade uma categorização assentada na binaridade e que estabelece uma dicotomia biologizante entre dois modelos estabelecidos a partir da genitália: macho ou fêmea. A partir dessa categorização, normatizam-se comportamentos esperados para o que é classificado enquanto masculino e

como *corpus* desta pesquisa, edições diárias dos três principais telejornais do veículo de comunicação de maior alcance no Estado do Maranhão, a *TV Mirante*. São eles: o *Bom Dia Mirante* (média de 1h50 de produção, de segunda a sexta-feira), o *JMTV 1ª Edição* (média de 40 minutos de produção, de segunda-feira a sábado) e o *JMTV 2ª Edição* (média de 15 minutos de produção, de segunda a sábado), cujas audiências são de 57%, 67% e 71%, respectivamente (medida pelo Ibope, entre maio e agosto de 2018). Em seguida, coletaram-se os dados a partir da análise das edições dos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018. Ao todo, o *Bom Dia* apresentou 1.043 edições, destas, 14 não estavam disponíveis ou estavam parcialmente disponíveis na Globoplay<sup>9</sup>. Do *JMTV 1ª Ed.* e do *JMTV 2ª Ed.*, foram analisadas 1.253 edições de cada. Do primeiro, cinco edições apresentavam problemas e do segundo apenas um dia não estava disponível. Todas essas edições foram assistidas pelas pesquisadoras, de modo a identificar quais mencionavam a comunidade LGBTQ+ e quais poderiam mencionar e não o fizeram (silenciamentos). É claro que aferir o *não dito* é uma tarefa muito mais complexa que identificar e mensurar o *dito*, como demarca Orlandi (1992, p. 12): “[...] há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer”.

Para a etapa de análise e interpretação dos dados, combinaram-se *procedimentos metodológicos* quantitativos e qualitativos. Selecionaram-se as matérias que abordavam de alguma forma as vivências da comunidade LGBTQ+, focando nas menções diretas (seja à sigla LGBTQ+, ou a cada palavra que a compõe - lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti, transgênero, queer etc). Posteriormente, avaliaram-se a abordagem dada a esse material coletado, sistematizando-o em tabelas. Concomitantemente, em cada edição, foram coletadas matérias que apresentavam um viés heteronormativo e que reforçavam o silenciamento da comunidade LGBTQ+. Neste processo, o material foi classificado e organizado a partir das próprias características apresentadas, que ajudaram na segmentação em categorias de análise. Por fim, estes dados foram cruzados com observações participantes realizadas pelas autoras na redação dos telejornais analisados. Afinal, dados sozinhos não ajudam na compreensão deste objeto de estudo. Como destacam Bauer, Gaskell e Allum (2002, p. 24): os dados “não falam por si mesmos”. É

---

feminino. Esse comportamento é sustentado, também, em uma heterossexualidade compulsória, que dispõe o desejo em direção ao sexo oposto, atribuindo uma coerência e continuidade às relações de sexo, gênero, corpo e desejo (BUTLER, 2003). Não se deve confundir heteronormatividade com heterossexualidade, embora as duas categorias se relacionem entre si.

<sup>9</sup> Plataforma de *streaming* criada e desenvolvida pelo Grupo Globo, que concentra todos os telejornais da TV Globo e afiliadas. A coleta foi feita no conteúdo disponível nesta plataforma.

importante observar que o trabalho com aspectos sociais exige do pesquisador uma maleabilidade com relação aos recursos metodológicos utilizados. “Uma cobertura adequada dos acontecimentos sociais exige muitos métodos e dados: um pluralismo metodológico se origina como uma necessidade metodológica” (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2002, p. 18-19). Estabelecer uma estreita relação entre o enfoque qualitativo e o quantitativo auxiliou quando, por exemplo, os dados desenhavam um contexto pouco claro e precisavam de aprofundamento para a adequada leitura, como no caso da estudante Stheffany Pereira, que será descrito à frente.

## **1 POR QUE A COMUNIDADE LGBTTQ+ IMPORTA PARA O JORNALISMO?**

Ao denunciar situações que atentem contra a dignidade humana e fiscalizar a atuação dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), o jornalismo presta um serviço social. Para realizar esse trabalho, existem normas que ajudam a conduzir o profissional quando a prática apresenta impasses. No Brasil, a profissão segue as normativas do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Este reforça que: “O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social, estando sempre subordinado ao presente Código de Ética”.

Já o Art. 6º deste código aponta que é dever do jornalista se opor ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, assim como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esta, por sua vez, ressalta em seu Art. 1º, que: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”. Em seu Art. 2º estabelece: “Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”.

Sendo um grupo invisibilizado, que sofre diariamente os efeitos da LGBTfobia, uma intolerância que vem levando ao extermínio – seja por assassinato ou suicídio de seus membros, a comunidade LGBTTQ+ não está sendo corretamente aparada pelos três Poderes que gestam a nação. Desse modo, é preciso que o jornalismo acolha as pautas da comunidade, bem como trabalhe em prol da visibilização do grupo e de suas demandas,

como forma de atuar na promoção e defesa dos direitos, preservando, inclusive, o Estado Democrático de Direito e as liberdades constitucionais.

Essa visibilização deve ocorrer por meio das pautas abordadas. No entanto, deve-se ressaltar que a rotina de produção é complexa e não traz regras definitivas sobre o que pode, ou não, ser transformado em pauta. Isso dificulta a tarefa de reconhecimento dessa temática enquanto pertinente para muitos profissionais da área. O processo de escolha dos fatos que serão transformados em notícias é um dos pontos mais delicados da profissão. Pesam aspectos como interesse público, público-alvo, canal, intenção comunicativa, jornalistas envolvidos, impacto, proeminência, conflito, entretenimento, polêmica, conhecimento/cultura, raridade, proximidade (SILVA, 2005).

Do ponto de vista teórico, tais categorias fazem a escolha parecer simples. No entanto, a matemática do que é ou não noticiável vai muito além dos valores-notícia. Na rotina de uma redação, entram em jogo questões comerciais e políticas, crenças e interesses pessoais dos jornalistas (principalmente, dos hierarquicamente melhor posicionados), a visão de mundo da audiência e dos profissionais envolvidos na produção da matéria (produtores, repórteres e editores). “[...] cada mídia, cada programa ou produto, manifesta uma experiência da vida social e a oferta aos seus receptores, numa relação que é menos de manipulação e mais de apropriação mútua” (LEAL, 2008, p. 4).

Todos esses aspectos afetam a escolha dos fatos noticiados e o modo como as notícias são abordadas. Por isso, ao analisar os dados aqui obtidos, tem-se em mente essa miríade de fatores que envolvem a produção, visto que não basta somente noticiar, o modo como o assunto é pautado também é de grande relevância. Vale destacar que muitas são as pesquisas na área de jornalismo que se voltam para analisar as narrativas que abordam algum aspecto referente à comunidade LLGBTQ+ no Brasil (FERREIRA, SACRAMENTO, 2019; GONÇALVES, MEDINA, 2018; VEIGA, 2014; LEAL, CARVALHO, 2008, entre outros).

## 2 ANÁLISE DOS DADOS

A partir da observação das 3.549 edições dos três telejornais analisados (*Bom Dia Mirante*, *JMTV 1ª Ed.* e o *JMTV 2ª Ed.*), veiculadas entre os anos de 2015 e 2018, foram elaboradas duas tabelas. A primeira referente as matérias (reportagens, notas, entrevistas e externas ao vivo) que mencionavam diretamente a comunidade LGBTTQ+. Na segunda tabela foram sistematizados os materiais coletados passíveis de serem compreendidos

enquanto silenciamentos da comunidade LGBTTTQ+ direta ou indiretamente. Ambas expõem dados como fatos abordados, datas, telejornais e os formatos nos quais os conteúdos foram transmitidos. Aqui, trabalharemos as duas separadamente, para depois, articular os dados nas considerações finais.

A Tabela 1 sistematiza 16 materiais que mencionavam diretamente a comunidade LGBTTTQ+. Sete matérias são do *Bom Dia Mirante* e se dividem entre: quatro reportagens, sendo uma delas casada com uma entrevista no estúdio; duas entradas ao vivo e uma nota coberta. O *JMTV 1ª Ed.* apresentou seis materiais, divididos entre: um debate e cinco reportagens. E, no telejornal *JMTV 2ª Ed.*, foram veiculadas duas reportagens e uma nota seca.

**Tabela 1: Materiais que mencionavam diretamente a comunidade LGBT**

JORNAL	ANO	EDIÇÃO	MATERIAL	FORMATO
BOM DIA	2015	24/08	Parada do orgulho LGBT	Reportagem
BOM DIA	2016	14/07	IBGE divulga número de casamentos homoafetivos realizados em todo o país	Ao vivo
BOM DIA	2017	24/07	Parada do orgulho Gay foi realizada em Santa Inês	Reportagem
BOM DIA	2018	19/01	MEC autoriza uso de nome social de travestis e transexuais na escola básica	Ao vivo
BOM DIA	2018	11/06	Desfile que não tem padrão beleza em São Luís	Reportagem + entrevista estúdio
BOM DIA	2018	06/07	Lançamento do livro Rota da Liberdade	Nota coberta
BOM DIA	2018	03/09	São Luís celebra 15ª Edição da Parada do orgulho LGBT	Reportagem
JMTV 2ª ED.	2015	19/08	Parada do orgulho LGBT	Nota seca
JMTV 2ª ED.	2018	29/10	Estudante da UFMA que falou em 'Caça aos viadinhos' pode ser processado	Reportagem
JMTV 2ª ED.	2018	30/10	MP recebe denúncia contra estudante da UFMA	Reportagem
JMTV 1ª ED.	2015	26/06	O caso da transexual Steffany Pereira	Debate
JMTV 1ª ED.	2015	24/08	Parada do orgulho LGBT	Reportagem
JMTV 1ª ED.	2016	28/03	Polícia de Imperatriz investiga assassinato de travesti	Reportagem
JMTV 1ª ED.	2016	18/18	Lei Maria da Penha ampara direitos da comunidade LGBT	Reportagem
JMTV 1ª ED.	2016	28/10	Espetáculo 'Adaptação'	Reportagem
JMTV 1ª ED.	2018	03/09	Parada do orgulho LGBT	Reportagem

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019)

Os 16 materiais podem ser divididos em duas categorias: os que tratam de acontecimentos não violentos e os que abordam violência contra a comunidade LGBTTTQ+. Na primeira categoria, enquadram-se 9 dos 16 materiais. Dentre os assuntos abordados estão: cobertura de Paradas do Orgulho LGBT; divulgação feita pelo IBGE do número de casamentos homoafetivos no país; a autorização, por parte do MEC, do uso do nome social de travestis e transexuais na educação básica; e, por fim, um desfile de moda que objetivava desconstruir os padrões de beleza e trazia como modelo uma *drag queen*. No primeiro caso, temos uma pauta que nasce da articulação de organizações não-governamentais em busca de propagar discussão sobre ações em benefício da comunidade. Os dois exemplos posteriores são pautas que surgem da ação do poder público para pensar e desenvolver políticas de proteção e direitos específicos para essa

parcela da população. O desfile exemplifica como ações individuais podem ser usadas para gerar visibilidade para a comunidade LGBTTQ+. Nesta matéria, além de aparecer como modelo, a *drag queen* é entrevistada, não ficando como mera coadjuvante na cobertura. Em sua sonora diz: “Não existe mais gênero”, questionando o modelo binário heteronormativo vigente.

Na categoria violência, na qual estão concentradas sete das 16 produções jornalísticas, temos dois tipos de materiais: os que se voltam a discutir a violência, seja por meio da arte ou de matérias educativas que trazem informações pertinentes para quem faz parte da comunidade LGBTTQ+ e sofre algum tipo de violência; e aqueles com a cobertura de casos de violência contra LGBTTQ+. No primeiro grupo, tem-se:

- Reportagem sobre como a Lei Maria da Penha ampara os direitos da Comunidade LGBT, veiculada no *JMTV 1ª Ed.*, em 18 de agosto de 2016. A matéria explica que a lei protege quem sofre violência de gênero e violências em relações homoafetivas.

- Reportagem sobre o espetáculo *Adaptação*, divulgada no *JMTV 1ª Ed.*, no dia 28 de outubro de 2016. O espetáculo traz o ator Gabriel F. no papel de uma mulher e, na sonora, ele reforça que o assassinato de LGBTTQ+ precisa ser debatido, tendo em vista o fato do Brasil encabeçar o *ranking* mundial deste tipo de violência.

- Nota coberta sobre o lançamento do livro *Rota da Liberdade*, que foi ao ar no *Bom Dia Mirante*, do dia 6 de julho de 2018. A nota menciona que o livro aborda a homofobia.

Já no segundo grupo, encontram-se os seguintes materiais:

- Um debate realizado no *JMTV 1ª Ed.*, em junho de 2015, com dois entrevistados em estúdio extra, abordando o caso da transexual Steffany Pereira, de 23 anos, que foi proibida de usar o banheiro feminino na escola pública Liceu Maranhense, em São Luís.

- Uma reportagem veiculada no *JMTV 1ª Ed.*, do dia 28 de março de 2016, que aborda a investigação do assassinado de uma travesti. Nesta matéria, tanto a *cabeça* lida pela âncora quanto o *off* da repórter trazem o seguinte fragmento: “Orlando Ricardo do Nascimento, travesti conhecido como Kate”. Além de chamar a vítima pelo nome do seu registro de nascimento “Orlando” e não pelo nome social, a matéria expõe fotos da vítima antes de se reconhecer travesti e depois. A polícia fala que a principal linha de investigação leva a crime de ódio, por Kate ser homossexual. No entanto, o delegado faz questão de frisar que o local do assassinato é um posto de combustível, que é ponto de prostituição e diz que “pode ter sido desentendimento com cliente ou com outras pessoas que estivessem fazendo uma disputa por território”. Neste caso, vale esclarecer que esta é a explicação

dada pelo delegado, o repórter responsável pela matéria não faz nenhum questionamento a respeito e veiculou a explicação tal qual foi dada.

- Uma reportagem veiculada no *JMTV 2ª Ed.*, do dia 29 de outubro de 2018, que aborda o caso de um estudante da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que publicou nas redes sociais conteúdos homofóbicos, machistas e contra a esquerda, logo após a vitória de Bolsonaro, nas eleições para presidente do país.

- Uma reportagem mostrando que um grupo de advogados ligados à causa LGBTTTQ+ entrou com uma representação contra o estudante este estudante da UFMA, da matéria supracitada, por incitação ao crime, apologia à tortura e injúria coletiva. Esta reportagem foi ao ar no dia 30 de outubro, no *JMTV 2ª Ed.*

Percebe-se com esta sistematização, que o espaço jornalístico voltado a abordar temas que dizem respeito à comunidade LGBTTTQ+, no canal analisado, é pequeno. As pautas realizadas, em sua maioria, são sobre a organização de eventos em defesa dos direitos, como a Parada do Orgulho LGBT, que já se institucionalizou tanto nacionalmente e como no âmbito local. Eventos como estes são difíceis de ignorar dado, principalmente, o número de pessoas envolvidas. Dos 16 materiais que citam diretamente a comunidade LGBTTTQ+, que foram ao ar nos três telejornais entre os anos de 2015 e 2018, seis abordavam a Parada do Orgulho LGBT, ou seja, 37,5% do que foi coletado. Vale notar que em nenhuma destas matérias foi feito o registro da quantidade de pessoas que compareceram ao evento. Esta omissão poderia estar diminuindo a transcendência social do evento que, habitualmente, conta com a participação de milhares de pessoas.

É importante notar que todas as reportagens sobre a parada abrem espaço para sonoras de membros da comunidade. Além disso, falam sobre violência, preconceito, busca por direitos e prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Ou seja, a cobertura não se limita a mostrar a alegria dos participantes e o aspecto festivo e “curioso” das fantasias, dando espaço para discutir temas como: LGBTfobia, respeito à diversidade e visibilidade. Observa-se que nos materiais de 2016, a expressão usada é “Parada do Orgulho Gay”. Em 2018, já ocorre a mudança para “Parada do Orgulho LGBT”. Ainda assim, a cobertura não tem sido regular<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Em 2015, a parada foi pauta em uma reportagem no *Bom Dia Mirante*, no dia 24/08. Nesse mesmo dia foi pautada pelo *JMTV 1ª Ed.* No *JMTV 2ª Ed.*, veiculou-se uma nota seca em 19/08. Em 2016, não houve cobertura do evento em nenhum dos telejornais. No ano de 2017, somente o *Bom Dia Mirante* produziu uma reportagem, veiculada em 24/07. Em 2018, o *Bom dia Mirante* e o *JMTV 1ª Ed.* veicularam reportagens sobre a parada no dia 03/09.

Ao mesmo tempo, nota-se que há espaço para temas propositivos, que fogem da abordagem de violências, principalmente, quando a fonte de informação é o poder público. Pautas sobre direitos adquiridos e divulgação de dados sobre essas mudanças ajudam a levantar assuntos diretamente relacionados à comunidade LGBTTTQ+.

Com relação às pautas que abordam a violência contra LGBTTTQ+, percebe-se que há uma defasagem entre o número de casos registrados e a cobertura jornalística. Ainda assim, ressalta-se que a cobrança social tem interferido positivamente para que casos de violência por homofobia recebam atenção da mídia. Este é o caso, por exemplo, da abordagem dada à situação vivida pela transexual Steffany Pereira, na escola pública Liceu Maranhense. O material produzido ocupou um bloco inteiro da programação do telejornal, 14 minutos da edição do dia 26 de junho de 2015 (algo que raramente acontece com apenas um assunto), e, além da reportagem, foi realizado um debate com dois entrevistados. Entretanto, faz-se necessário apontar que a emissora só pautou o fato depois da ampla repercussão de matérias realizadas por outros veículos (os jornais impressos *O Imparcial* e *O Estado do Maranhão*, por exemplo). Nas primeiras reuniões de pauta em que o assunto foi sugerido, houve resistência de parte da chefia em permitir que se fizesse uma matéria sobre o assunto e ocorreu um debate entre produtores, repórteres e editores para que o tema fosse pautado. Ou seja, quando o assunto foi preconceito sofrido por uma transexual, só passou a ter valor para a emissora a partir do momento que os concorrentes abordaram, o que inverte, inclusive, a máxima profissional de correr atrás do “furo jornalístico”. Portanto, ainda que tal discussão represente uma quebra no padrão de silenciamento, ela está permeada por situações que evidenciam a dificuldade de inserção da comunidade LGBTTTQ+ no telejornalismo, mesmo em casos extremos como são os de violência e preconceito.

A observação participante das pesquisadoras permitiu registrar que, no dia do debate, alguns jornalistas que estavam reunidos na redação faziam comentários jocosos sobre o assunto. Um deles, homem cisgênero<sup>11</sup> hétero, insistia em nomear a Steffany Pereira pelo nome de registro de nascimento, o que evidencia a falta de preparo para tratar o assunto e o preconceito enraizado. Demonstra que ações deste tipo são tão comuns e socialmente aceitas, que o profissional não sentiu necessidade de camuflar tais preconceitos no ambiente coletivo e formal do trabalho. Mesmo apresentando esse tipo de

---

<sup>11</sup> Conceito atribuído às pessoas cuja identidade de gênero é consoante ao que socialmente foi estabelecido como padrão para o seu sexo biológico (JESUS, 2012).

discurso, o jornalista recebeu acolhimento dos pares, que sorriram na troca de nomes. Segundo Márcia Veiga (2014, p. 216): “Os valores e a hierarquização de profissionais, de notícias e as demais escolhas durante a produção equiparavam-se à normatividade social vigente revelando que os valores-notícias estavam permeados de valores sociais e pessoais dos jornalistas”.

Ainda sobre a cobertura de casos de violência, percebe-se que o veículo raramente aborda crimes de ódio contra LGBTTTQ+ e, quando o faz, diversas vezes comete uma nova violência contra a vítima, como no caso do assassinato de Kate.

Percebeu-se, também, na articulação dos dados com a observação participante, que a pressão entre os concorrentes e a reverberação dos casos na sociedade via plataformas de redes sociais, vêm se mostrando eficazes no processo de abrir espaços de divulgação em grandes veículos de comunicação, como a *TV Mirante*.

Vale observar que existe outro agente promotor de pautas sobre a comunidade LGBTTTQ+: o poder público. Por meio de pesquisas e da divulgação da ampliação de direitos, é possível potencializar o espaço de pautas referentes a comunidade LGBTTTQ+ promovendo, inclusive, um debate propositivo frente à sociedade. No entanto, muito do trabalho da imprensa esbarra justamente na fragilidade da sistematização de dados. O que se evidencia, por exemplo, na falta de atualização do “Relatório sobre violência homofóbica no Brasil”. Como já foi afirmado, o último publicado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República data de 2012. Isto dificulta o trabalho jornalístico, que tem como premissas a atualidade e a novidade.

Cruzando informações repassadas pela Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, verificou-se que, das 27 denúncias de crimes com características homofóbicas registradas no Estado em quatro anos (2015 a 2018), apenas três foram divulgadas pela *TV Mirante*. Esta realidade corrobora a hipótese de apagamento e reforça a concepção de dupla violência contra a vítima: a violência física, que culmina, por vezes, na morte; e a violência simbólica, pelo desmerecimento do crime enquanto possuidor de valor-notícia. O apagamento de práticas de violência contra indivíduos que se identificam com a comunidade LGBTTTQ+, ou das suas demandas, em um veículo de comunicação, acaba sendo um segundo tipo de violência. Isto se torna ainda mais complicado quando ocorre em uma televisão, por ser uma concessão pública. Indo um pouco além do que Muniz Sodré (2002) frisa, a violência alimentada pelo jornalismo não está contida somente na divulgação da agressão do dia a dia, mas, também, está no silenciamento da violência sofrida por

certos grupos sociais, que induz o receptor da mensagem a questionar a validade das reivindicações desses agentes.

Concomitantemente aos dados apresentados, foram igualmente extraídos e sistematizados em tabela espaços de silenciamento de relações homoafetivas e entre pessoas não binárias. Notou-se que o jornalismo praticado reforça a heteronormatividade a partir das abordagens dadas a determinadas matérias, conforme Tabela 2.

**Tabela 2: Materiais que apontam para silenciamento da comunidade LGBT**

JORNAL	ANO	EDIÇÃO	MATERIAL	FORMATO
BOM DIA	2016	24/02	Profissionais recebem orientação sobre atendimento básico de saúde ao homem	Duas matérias + entrevista estúdio
BOM DIA	2016	16/05	Lançamento da Revista Noivos	Matéria
BOM DIA	2016	12/08	Dia dos pais	Matéria
BOM DIA	2016	24/11	Casamento comunitário é realizado em Imperatriz	Ao vivo
BOM DIA	2016	24/11	Festival BR-135 tem início em São Luís	Ao vivo
BOM DIA	2017	31/03	Casamento comunitário em Caxias	Matéria
BOM DIA	2017	28/04	Planejar a vida a dois	Matéria
BOM DIA	2017	22/05	Casamento comunitário em Imperatriz	Matéria
BOM DIA	2017	25/05	Corregedoria abre vagas para casamento comunitário	Matéria
BOM DIA	2017	24/08	Abertas inscrições para casamento comunitário em Santa Inês	Matéria
BOM DIA	2017	19/09	Definido dia do casamento comunitário em São Luís	Ao vivo
BOM DIA	2017	23/11	Tem início festival BR-135 no Maranhão	Matéria
BOM DIA	2018	09/03	Dia da Mulher	Matéria
BOM DIA	2018	___/03*	_____ é encontrado morto	Matéria
BOM DIA	2018	___/04*	Suspeito de matar _____ é preso no Maranhão *	Matéria
BOM DIA	2018	21/05	Especialistas explicam sobre o ato de adotar *	Entrevista estúdio + Matéria
BOM DIA	2018	31/07	Economia dos casais no fim das contas	Matéria
BOM DIA	2018	20/07	Palestra sobre empoderamento feminino	Matéria
BOM DIA	2018	27/08	Veja a importância da família no Chame e pisque	Matéria
BOM DIA	2018	18/10	Casamento comunitário em Santa Inês	Ao vivo
BOM DIA	2018	13/11	Seminário estimula relações familiares	Matéria
BOM DIA	2018	30/11	Festival BR-135 é realizado no Centro Histórico de São Luís	Matéria
BOM DIA	2018	07/12	Casais realizam casamento comunitário em Imperatriz	Matéria
JMTV 1ª ED.	2017	24/08	Abertas as inscrições para casamento comunitário em Santa Inês	Matéria
JMTV 1ª ED.	2017	15/11	Casamento comunitário em Bela Vista	Matéria
JMTV 1ª ED.	2017	17/11	Casamento comunitário é realizado em Santa Inês	Matéria
JMTV 1ª ED.	2018	___/03*	Corpo do _____ é velado em São Luís*	Matéria
JMTV 1ª ED.	2018	___/03*	Suspeito de assassinar _____ é preso em Santo Amaro*	Matéria
JMTV 1ª ED.	2018	17/09	Mais de 60 casais participam de casamento comunitário em Caxias	Matéria
JMTV 1ª ED.	2018	30/11	Começa o festival BR-135 em São Luís	Matéria
JMTV 2ª ED.	2016	04/06	Dia dos namorados movimenta comércio	Matéria
JMTV 2ª ED.	2016	11/06	Vendas aquecidas pelo dia dos namorados	Matéria
BOM DIA	2018	07/12	Casais realizam casamento comunitário em Imperatriz	Matéria
BOM DIA	2018	07/12	Casais realizam casamento comunitário em Imperatriz	Matéria

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019)

\*Informações suprimidas para proteger a identidade da vítima.

Dos 34 materiais coletados, 14 trazem como tema o casamento comunitário. Algumas matérias divulgam o casamento comunitário e não explicitam a possibilidade de a união ser feita por casais homossexuais. As matérias que fazem a cobertura desses casamentos, por sua vez, trazem somente casais heteronormativos nas imagens e como personagens. Claro que, neste caso, não poderemos saber sem entrevistar os profissionais que realizaram a cobertura se havia casais homoafetivos participando da cerimônia,

permitindo, portanto, a escolha. Mesmo assim, é válido ressaltar que coberturas desse tipo acabam por fortalecer a heteronormatividade vigente, ainda mais quando as fontes oficiais reforçam isso em suas sonorais, como é o caso da matéria “Mais de 60 casais participam de casamento comunitário em Caxias”, que foi ao ar no dia 17 de setembro de 2018, no *JMTV 1ª Ed.* A sonora do desembargador Marcelo Carvalho, corregedor-geral de Justiça do Maranhão, traz a seguinte fala: “Este é o momento em que o cidadão, ele se entrega ao amor entre as pessoas. *É um homem e uma mulher*, pensam e vão pensar, vão construir uma família. E a família, nós temos que ver que a família é tudo na vida”. Percebe-se o reforço da heteronormatividade ao reduzir o casamento à união entre um homem e uma mulher, excluindo, assim, as uniões entre pessoas do mesmo sexo.

Este modelo de relações heteronormativas aparece sempre que a matéria aborda casamento, vida a dois, namoro ou mesmo família. Não foram encontradas matérias que tratassem desses assuntos e trouxessem pessoas da comunidade LGBTQ+. É o que ocorre, por exemplo, na matéria de lançamento da *Revista Noivos*, que traz um casal heteronormativo na capa e os entrevistados são casais de pessoas cis e héteros. O mesmo acontece com as matérias “Planejar a vida a dois”, “Economia dos casais no fim das contas”, “Veja a importância da família no ‘Chame o psique’” e “Seminário estimula relações familiares”. Todas matérias do *Bom Dia Mirante*. Já o *JMTV 2ª Ed.*, ao abordar o Dia dos Namorados, traz, por exemplo, duas matérias, nos dias 4 e 11 de junho de 2016, que também mostram somente casais heteronormativos.

Vale salientar aqui, que as vivências afetivas/sexuais retratadas nesses exemplos não são a única abordagem jornalística possível, quando se trata da comunidade LGBTQ+. Longe de partir de uma premissa reducionista, enfoca-se nessas percepções identificadas na análise do *corpus* por saber, como já frisava Foucault (2006), que a sexualidade é um alvo dos discursos de verdade e que serve de premissa para que um conjunto de atores sociais (que agem a partir de princípios morais e religiosos, por exemplo) ataque a homossexualidade e os direitos LGBT, criando assim “uma estratégia fundamental de reafirmação da norma de gênero e sexual” (LEAL, 2009, p. 5).

Outros exemplos coletados vão além da celebração da conjugalidade, como o caso de silenciamento identificado foi no material “Especialistas explicam sobre o ato de adotar”, do *Bom Dia Mirante*, no dia 21 de maio de 2018. Ao todo, o material ocupa 14 minutos do *fade* do jornal. Foi ao ar uma entrevista no estúdio com duas entrevistadas (Regina Carneiro, voluntária do AME - grupo de apoio à adoção -, e Claudineide Alves, psicóloga e voluntária da AME) e uma matéria sobre o assunto. Nem as entrevistas mencionaram a

adoção por casais do mesmo sexo, nem a matéria. Assim como os outros materiais descritos aqui, tanto as imagens quanto as fontes da matéria retratavam pessoas em união heterossexual. Ressalta-se que a adoção por casais do mesmo sexo no Brasil é legal, conforme o Superior Tribunal de Justiça (STJ), desde uma decisão judicial de 27 de abril de 2010. Na época, os ministros destacaram que o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, o Código Civil Brasileiro, de 2002, e a Constituição Federal de 1988 não definiam padrão quanto ao sexo, estado civil ou orientação sexual do adotante, podendo estender a adoção ao par e não apenas a um membro (POLI, 2012).

Outro grupo de matérias que reforçam o silenciamento de membros da comunidade é o de matérias que fortalecem o modelo binário de percepção sobre a identidade de gênero, entendendo gênero como a percepção social das diferenças entre os sexos e como uma forma de significar as relações de poder (SCOTT, 1995). Ao tratar de matérias sobre a mulher ou o homem, tais como Dia da Mulher, Dia dos Pais, Palestra sobre empoderamento feminino, Saúde da Mulher ou do Homem, o material jornalístico foca na percepção binária de gênero, excluindo outras possibilidades de vivência. Essa percepção está fundada em esquemas classificatórios que opõem o masculino ao feminino, transformando-os nos únicos possíveis, estabelecendo este modelo para a sociedade. Visto que, como argumenta Butler (2003), os corpos são interpretados através de significados culturais. A essencialização do gênero e do desejo heterossexual leva ao binarismo mulher/homem. Neste contexto, outros gêneros não são inteligíveis. Não “mantém relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2003, p. 38), o que acaba gerando exclusões, conforme já mencionado. O jornalismo acaba por agir como um reproduzidor desse esquema de percepção binário, que se distancia das diferentes vivências humanas.

A ocultação da cultura LGBTTTQ+, também se evidencia nos materiais que tratam do maior festival de música do Maranhão, o Festival BR-135. Anualmente, o evento traz em sua programação diversos artistas LGBTTTQ+ (Liniker, Johnny Hooker, Getúlio Abelha, Vinaa, Butantan, Onlye Fuego, Frimes, Enme etc), que militam por meio da arte. No entanto, este aspecto do festival ou dos artistas não são mencionados. A cobertura se limita a entrevistar os organizadores do evento, público e mencionar os artistas que se apresentaram ou vão se apresentar, sem trazer mais detalhes sobre os mesmos.

Por fim, o último grupo de matérias que ocultam a comunidade LGBTTTQ+ são as que envolvem violência, sobretudo, aquela que culmina com a morte. Nestes casos a identidade da vítima é suprimida do material jornalístico. Na Tabela 2, foram suprimidas as

informações da vítima para proteger sua identidade. As matérias foram ao ar nos jornais *JMTV 1ª Ed.* e *Bom Dia*. Embora a polícia tenha fornecido a informação em *off* de que a vítima era gay e, provavelmente, havia sido assassinada por alguém conhecido, com quem mantinha relacionamento, o caso foi tratado apenas como latrocínio, e não como crime homofóbico. Como dito anteriormente, o jornalismo é uma engrenagem complexa que necessita do discurso proferido por outrem para construir a sua narrativa. Muitas famílias não são receptivas quanto à orientação sexual ou identidade de gênero de seus integrantes por serem homofóbicas. Outras, embora não tenham preconceito, temem as represálias sociais caso informações como estas sejam divulgadas. Seja por uma motivação ou outra, a consequência final é mais um silenciamento da comunidade LGBTTQ+ e das violências que a atingem. Não são raros os casos em que gays, lésbicas, bissexuais ou seus familiares sustentam um comportamento ligado ao padrão moral e religioso heteronormativo (MUSSOKOPF, 2012), para não sofrerem, também, com uma condenação social.

### 3 ARTICULANDO DADOS E TEORIA

As últimas décadas foram marcadas por mudanças para a comunidade LGBTTQ+. Houve um trabalho de intensificação dos diálogos com a sociedade por parte de organizações não-governamentais, grupos sociais e indivíduos e alguns avanços no âmbito legislativo e político, garantido direitos (OLIVEIRA, 2010).

Foram constituídas redes de defesa dos direitos humanos, que trabalharam, também, para configurar uma identidade para o grupo. Tais tarefas não são fáceis. Nenhuma sigla (LGBT, LGBTQ, LBBTQI, LGBTQ+, LGBTQIAP+) consegue unificar vivências, conceitos, conflitos e disputas sociais extremamente diversas. Por exemplo, um conflito que marca a comunidade é a invisibilização das lésbicas, que são apagadas nas discussões a respeito do universo homossexual, em um duplo processo de preconceito, tanto pela sexualidade quanto pela identificação enquanto mulheres. O processo de estigmatização das travestis pelo estranhamento da modificação corporal e pela relação com a prostituição é outro exemplo. Bruno Souza Leal e Carlos Alberto Carvalho (2012, p. 7), ao abordarem a relação entre as mídias brasileiras e a construção de identidades LGBTTQ+, destacam que:

[...] é fundamental observar que as identidades LGBT organizam-se diversamente em meio não só às tensões de gênero, às práticas sexuais, mas também de uma vasta gama de outros fatores, entre eles as diferentes conformações econômicas, culturais, regionais e políticas.

Uma das formas encontradas pelas ONGs em prol da defesa da comunidade LGBTTTQ+ para obter visibilidade e promover o debate público é a realização de eventos (Parada do Orgulho LGBT, por exemplo), historicamente marcados pela grande participação popular e que, conseqüentemente, alcançaram a cobertura da grande mídia. Como se pôde perceber na análise realizada, boa parte do espaço ocupado pela comunidade no telejornalismo que compõe o *corpus* perpassa a cobertura de Paradas do Orgulho LGBT.

Ainda assim, existem lacunas profundas na cobertura jornalística, se considerarmos a visibilização desta comunidade. Em matérias do cotidiano e de comportamento não aparecem casais homoafetivos ou homens e mulheres trans, bissexuais, intersexuais, assexuais. Mesmo na cobertura de crimes de ódio ou violência, ou não é dada a devida importância, ou o pertencimento à comunidade LGBTTTQ+ é ocultado, seja por decisão da equipe jornalística, pela polícia<sup>12</sup> ou a pedido da família da vítima.

Michel Foucault (1988) aponta que a história da sexualidade está permeada de momentos de repressão. As grandes proibições surgem no século XVII, bem como a “valorização exclusiva da sexualidade adulta e matrimonial, imperativos de decência, esquivia obrigatória do corpo, contenção e pudores imperativos da linguagem” (FOUCAULT, 1988, p. 109). Repressão sexual que “[...] funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber” (FOUCAULT, 1988, p. 10).

É preciso observar que não se trata da simples ocultação do discurso sobre o sexo, as instituições educacionais ou mesmo religiosas (e por que não midiáticas?) criam modos de falar sobre a sexualidade. O discurso produzido acaba sendo polimorfo e regulado.

No século XIX, as sociedades vivenciam a popularização dos meios de comunicação de massa que, segundo José Marques de Melo (2003), passam a influenciar comunidades.

Entendemos que os meios de comunicação coletiva, através dos quais as mensagens jornalísticas penetram na sociedade, bem como os demais

---

<sup>12</sup> A Secretaria de Segurança Pública do Maranhão informou, via nota oficial emitida pela Assessoria de Comunicação, que os crimes contra a população LGBTTTQ+ eram contabilizados nas estatísticas como homicídios comuns até setembro de 2018, quando foi criada a Delegacia de Crimes Raciais, Delitos de Intolerância e Conflitos Agrários, que iniciou o processo de classificação para esta modalidade de crime. Além disso, em casos de latrocínio de homossexuais, é comum a polícia omitir a sexualidade da vítima e tratar o caso como latrocínio, excluindo do discurso divulgado nos meios de comunicação o fator da homofobia.

meios de reprodução simbólica, são 'aparatos ideológicos', funcionando, se não monoliticamente atrelados ao Estado, como dá entender Althusser, pelo menos atuando como uma 'indústria da consciência', de acordo com a perspectiva que lhes atribui Enzensberger, influenciando pessoas, comovendo grupos, mobilizando comunidades, dentro das contradições que marcam as sociedades (MELO, 2003, p. 73).

E é justamente por estas capacidades de comoção e mobilização que o discurso produzido ou ocultado pelos veículos de comunicação coletiva a respeito da comunidade LGBT é tão importante. Por que, ainda que correspondam aos valores-notícia difundidos nacional e internacionalmente entre jornalistas, as violências cometidas contra a comunidade LBTTQ+ não têm a cobertura devida nos veículos de comunicação? Por que as matérias de cotidiano reforçam um padrão heteronormativo, silenciando ainda mais a comunidade LBTTQ+?

A resposta a estes questionamentos pode estar em parte na adoção de um padrão mercadológico, que a cada dia se afasta mais dos ideais éticos e do o *savoir-faire* da profissão, aliando-se a reprodução de um modelo social hegemônico que produz e reproduz relações de dominação vinculadas a figura do homem cis/hétero como padrão normativo. A chamada *sociodicéia masculina* acumula e condensa duas operações, uma de legitimação da dominação, inscrevendo-a em uma natureza biológica, e outra de tratar-se em si mesma de uma construção social já naturalizada (BOURDIEU, 1999). Para Bruno Souza Leal e Carlos Alberto Carvalho (2012, p. 5-6):

[...] Qualquer abordagem às identidades LGBT tem como pano de fundo as tensões que envolvem, por exemplo, a necessidade de evitar a essencialização e/ou naturalização de realidades cristalizadas, seja a partir de uma concepção biologizante do sexo, seja de concepções de gênero como algo fixo, não cambiante.

Desse modo, o silenciamento de fatos relativo à comunidade LBTTQ+ coloca em evidência uma violência simbólica, que é tão problemática quanto a efetivação física da mesma. Hannah Arendt (1994) alerta que não se deve confundir violência com o simples emprego de força. Para a autora, a força é capaz de promover movimentos tanto físicos quanto sociais. Entretanto, quando relacionada ao poder e à autoridade, a força age como gatilho para a violência e dominação humana, que ocorrem de várias formas:

[...] a primeira é a violência anômica, dotada de crueldade e está cada vez mais perceptível no cotidiano da sociedade. A segunda é a violência representada, alimentada especialmente pelo jornalismo, 'que tende a

visibilizar publicamente a agressão recorrente na vida cotidiana', e pela indústria do entretenimento, que explora a questão em filmes, programas televisivos em busca de uma maior audiência. A terceira é a violência sociocultural, composta, por exemplo, pela violência racial e contra homossexuais. Já a quarta é a violência sociopolítica, constituída, geralmente, pela repressão imposta pelo Estado (PERUZZOLO; CASAGRANDE, 2012, p. 241).

A análise neste artigo se voltou para as violências sociocultural e representada. A partir de uma pesquisa de opinião aplicada pela Fundação Perseu Abramo, Regina Facchini e Isadora Lins França (2013) concluem que tais violências são legitimadas socialmente.

O que essa pesquisa parece indicar é que, além da legitimidade social que a violência contra LGBT possui, há a ação importante de convenções sociais acerca do caráter natural da heterossexualidade e que apontam para a homossexualidade como escolha individual - que deve ser mantida no âmbito do privado. A força de tais convenções se expressa na compreensão de que dificuldades decorrentes dessa 'escolha' (a violência é encarada nesse sentido) devem ser manejadas pelo próprio sujeito (FACCHINI; FRANÇA, 2013, p. 15).

Por fim, cruzando os dados obtidos na coleta de edições, bem como na observação participante, com os referenciais teóricos, percebeu-se que o modo como o telejornalismo foi praticado no Maranhão, nesses quatro anos analisados, acaba por legitimar a violência praticada contra a comunidade LGBTTTQ+ por meio de padrões de ocultação, fragmentação e inversão (ABRAMO, 2003). Por padrão de ocultação, entende-se a ausência de fatos reais, quando, por exemplo, retira-se da matéria o fato da vítima fazer parte da comunidade LGBTTTQ+. Já o padrão de fragmentação ocorre quando o real é dividido e desconectado dos fatos anteriores, não permitindo uma consciência crítica do contexto. Um exemplo é quando a matéria das Paradas do Orgulho LGBT não trazem a informação da estimativa do público presente, fragilizando a cobertura e ocultando dados que permitiriam fortalecer a ideia de apoio social ao movimento e às causas, ou aferir se houve aumento ou diminuição na participação. Por fim, o padrão de inversão é quando há troca de lugares e de importância dos fatos. Nas matérias de cobertura do Festival BR 135, os artistas parecem ter menos importância do que o público e os organizadores do evento, visto que a eles sequer é dada voz em sonoras nas matérias ou em entrevistas ao vivo. Leal (2009) aponta que apreender as relações mídia/homofobia é observar contradições e diferenças, que devem ir muito além de visões homogeneizadoras rápidas. Em especial quando se trata de telejornalismo, que é uma mídia de rotina intensa para os jornalistas que nela atuam e que

tem como marca de suas produções a superficialidade, pela própria configuração do meio (PATERNOSTO, 2006), o que por si só já é um problema quando se precisa tratar de assuntos tão complexos.

Para finalizar, reforça-se que esta pesquisa pretende colaborar com discussões que buscam um jornalismo mais ético e ancorado no respeito aos direitos humanos. Um jornalismo atuante não estabelece uma relação passiva e refém da alimentação de dados por parte do poder público ou de ONGs para realizar pautas que abordem o universo LGBTTTQ+. Para jornalistas críticos, a ausência de dados devidamente organizados e o sub-registro de casos de violência são informações que podem ser transformadas em pautas jornalísticas, não servindo de mero impeditivo para a produção de notícias. Pautas que abordem a comunidade LGBTTTQ+ e suas demandas são necessárias tanto pela visibilidade quanto pela influência da mídia na normalização de sexualidades e identidades de gêneros, que vão além do modelo heteronormativo/binário.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São. Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1994.  
BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis. RJ: Vozes. 2002.

BRASIL, **Declaração Universal Dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em:  
[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm). Acessada no dia 22 de novembro de 2013.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012**. Disponível em:  
<http://www.rcdh.es.gov.br/sites/default/files/RELATORIO%20VIOLENCIA%20HOMOFOBICA%20ANO%202012.pdf>. Acesso no dia 27 de janeiro de 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.  
COMBESSIE, Jean-Claude. **O método em Sociologia: O que é e como se faz**. São Paulo: Loyola, 2004.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. **Convenções de gênero, sexualidade e violência: pesquisa com participantes de eventos do Orgulho LGBT de São Paulo – 2009**. Latitude, Vol. 7, nº 1, pp. 13-32, 2013.

FERREIRA, Vinícius ; SACRAMENTO, Igor . Movimento LGBT no Brasil: violências, memórias e lutas. In: **Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A história da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GONÇALVES, Gean; MEDINA, Cremilda. Signo da relação e os desafios das narrativas jornalísticas sobre as LGBT. In: **Revista SBPjor / Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**, 2018.

JESUS, Jaqueline G. Trans-formações: poder e gênero nos novos tempos. In: **Anais do 18º Congresso Brasileiro de Psicodrama**. Brasília: Federação Brasileira de Psicodrama, 2012.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto. **A grande mídia brasileira e identidades LGBT: um retrato em 2008**. Revista Diálogos de La Comunicación, 2012.

LEAL, Bruno Souza; Carvalho, Carlos Alberto de. Sobre jornalismo e homofobia ou: pensa que é fácil falar? In: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós**, Brasília, v.12, n.2, maio/ago. 2009.

LEAL, Bruno Souza. Telejornalismo e autenticação do real: estratégias, espaços e acontecimentos. In: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós**, Brasília, v.11, n.2, maio/ago. 2008.

MELO, José Marques de. **Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MOTT, Luiz; MICHELS, Eduardo; PAULINHO. **Relatório 2017 de Mortes Violentas de LGBT no Brasil**. Disponível em:  
<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>. Acesso no dia: 28 de janeiro de 2019.

MUSSOKOPF, A. **Via(da) gens teológicas. Itinerários para uma teologia queer no Brasil**. São Paulo: Ponte Editorial, 2012.

OLIVEIRA, Glaucia da Silva Destro de. **Construção, negociação e desconstrução de identidades: do movimento homossexual ao LGBT**. Cad. Pagu, Campinas, nº. 34, Jun. 2010. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332010000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332010000100015&lng=en&nrm=iso). Acesso no dia 15 de novembro de 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento de sentidos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editorial Elsevier, 2006.
- PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.
- PERUZZOLO, Adair Caetano; CASAGRANDE, Magno Cassiano. O fenômeno da violência e sua relação com meios de comunicação, comunicação humana e Estado. In: **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília**. Ano 2012 – Edição 10 – Dezembro/2012.
- POLI, Luciana Costa. A ampla possibilidade de adoção por casais homoafetivos face às recentes decisões dos tribunais superiores brasileiros. In: **Revista Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa – a. 3, n. 6, p.195 - 222 jul/dez., 2012.
- POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes: 2008.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SHOEMAKER, Pamela J.; VOS, Tim P. **Teoria do Gatekeeping: Seleção e Construção da Notícia**. Porto Alegre: Editora Penso, 2011.
- SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol.II, Nº 1, 1º Semestre, 2005.
- SILVA, Maria Alice Siqueira Mendes e. Sobre a análise de discurso. In: **Revista de Psicologia**. Unesp, SP: 2005.
- TV MIRANTE. **Maranhão é o 4º em denúncias de violência contra homossexuais**. São Luís (MA). 29 de julho de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2013/07/maranhao-e-o-4-em-denuncias-de-violencia-contra-homossexuais.html>.
- VEIGA, Marcia Silva. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Volume: 8. Editora: Insular. 2014
- VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Revista SOCERJ**.p. 383-386, setembro/outubro, 2007.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 3. Ed. Lisboa: Presença, 1994.

## NOTAS

### Ingrid Pereira de Assis

Doutora em Jornalismo  
Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Brasil  
ingrid.p.assis@hotmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-1568-0788>

### Karla Cristina Ferro Freire

Mestre em Ciências Sociais  
Universidade Federal do Maranhão, Departamento de Ciências Sociais, São Luís, Brasil  
karlafreire@yahoo.com.br  
<https://orcid.org/0000-0001-6036-5800>

### Melina de la Barrera Ayres

Pós-Doutora em Jornalismo  
Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Jornalismo, Florianópolis, Brasil  
melina.ayres@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0001-6092-9813>

### Endereço de correspondência do principal autor

Residencial Santana, Rua Higino Brito, Canasvieiras, nº 275, apt 3, Florianópolis-SC, CEP 88040-420.

### AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

**Concepção e elaboração do manuscrito:** I. P. ASSIS; K. C. F. FREIRE; M. B. AYRES.

**Coleta de dados:** I. P. ASSIS; K. C. F. FREIRE.

**Análise de dados:** I. P. ASSIS; K. C. F. FREIRE; M. B. AYRES.

**Discussão dos resultados:** I. P. ASSIS; K. C. F. FREIRE; M. B. AYRES.

**Revisão e aprovação:** A. P. Sobrenome

### CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no artigo e na seção “Materiais suplementares”.

### FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de financiamento 001.

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

### LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

### PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

### EDITORES – uso exclusivo da revista

Javier Ignacio Vernal, Silmara Cimbalista e Selvino José Assmann (In Memoriam).

**EDITOR ASSISTENTE: Eixo temático: (Re)discutindo sexualidade: corpo, prazer e desejo em tempos conservadores**

Luiz Barp

**HISTÓRICO** – uso exclusivo da revista

Recebido em: 29-06-2020 – Aprovado em: 28-05-2021 – Publicado em: 05-06-2021